

Entre a urbanização e o abastecimento: a persistência da agricultura na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Between urbanization and food supply: the persistence of agriculture in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro

Entre la urbanización y el abastecimiento: la persistencia de la agricultura en la Región Metropolitana de Río de Janeiro

Filipe Gomes Paulo*

*Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Professor de Geografia da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e de Araruama, Rio de Janeiro, Brasil – fg.paulo@unesp.br

Recebido em 31/03/2026. Aceito para publicação em 13/07/2026.
Versão online publicada em 10/08/2026 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

Este artigo analisa a permanência e a transformação da agricultura na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), com o objetivo de identificar os processos de reconfiguração territorial da produção agrícola em um espaço historicamente marcado pela intensa urbanização. A pesquisa busca caracterizar as diferentes formas de permanência da atividade agrícola e discutir sua importância para o abastecimento alimentar, a preservação ambiental e a organização territorial da metrópole. O estudo parte da constatação de que a metrópole, apesar de abrigar uma das maiores concentrações urbanas do país, mantém áreas de pequena, média e grande produção, que desempenham papéis estratégicos no abastecimento alimentar, na preservação ambiental e na dinâmica econômica regional. A pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, combinando análise qualitativa, baseada em entrevistas, observações de campo e estudo das formas de comercialização, com o suporte de dados quantitativos do Censo Agropecuário 2017, de relatórios do CEASA-RJ e de diagnósticos elaborados pela EMATER-Rio. A discussão teórica mobiliza autores clássicos e contemporâneos da geografia, como Lefebvre, Milton Santos, Kayser, Hespanhol, Rua e Marafon, além de referenciais sobre agroecologia e multifuncionalidade agrícola, destacando a agricultura metropolitana como espaço de resistência e de reinvenção territorial. Tabelas e gráficos apresentam de forma sintética as tendências de produção e comercialização, enquanto a análise espacial do mapa da RMRJ evidencia a concentração agrícola em áreas periféricas da Baixada e do Leste Metropolitano, em contraste com a rarefação observada nos centros urbanos consolidados. Os resultados apontam que a agricultura metropolitana deve ser analisada como um elemento estrutural da organização territorial das áreas metropolitanas, pois revela contradições entre expansão urbana e permanência do rural, além de evidenciar a necessidade de políticas públicas integradas em escala regional. Mais do que uma atividade econômica, a agricultura da RMRJ é multifuncional, articulando abastecimento de proximidade, preservação ambiental e coesão social. O trabalho conclui que sua valorização é indispensável para repensar o futuro das metrópoles brasileiras, garantindo segurança alimentar, sustentabilidade e qualidade de vida urbana.

Palavras-chave: Metrôpoles. Dinâmica rural-urbana. Diferenças. Ruralidades. Produção rural.

Abstract:

This article analyzes the persistence and transformation of agriculture in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RMRJ), aiming to identify how agricultural production is territorially reconfigured within a territory historically marked by intense urbanization. The study starts from the observation that the metropolis, despite hosting one of the largest urban concentrations in the country, still contains areas of small, medium, and large-scale agricultural production that play strategic roles in food supply, environmental preservation, and regional economic dynamics. The research adopts a mixed methodological approach, combining qualitative analysis—based on interviews, field observations, and the study of commercialization practices—with quantitative data from the 2017 Agricultural Census, reports from CEASA-RJ, and diagnostic studies produced by EMATER-Rio. The theoretical discussion draws on both classical and contemporary geographic scholars, including Lefebvre, Milton Santos, Kayser, Hespanhol, Rua, and Marafon, as well as references on agroecology and agricultural multifunctionality, highlighting metropolitan agriculture as a space of resistance and territorial reinvention. Tables and graphs synthetically present production and commercialization trends, while the spatial analysis of the RMRJ map reveals the concentration of agricultural activities in peripheral areas of the Baixada Fluminense and the Eastern Metropolitan region, in contrast to the scarcity observed in consolidated urban centers. The results indicate that metropolitan agriculture should be analyzed as a structural element in the territorial organization of metropolitan areas, since it reveals contradictions between urban expansion and the persistence of rural practices, while also highlighting the need for integrated public policies at the regional scale. More than merely an economic activity, agriculture in the RMRJ is multifunctional, articulating local food supply, environmental preservation, and social cohesion. The study concludes that valuing metropolitan agriculture is essential for rethinking the future of Brazilian metropolises, ensuring food security, sustainability, and urban quality of life.

Keywords: Metropolises. Rural-urban dynamics. Differences. Ruralities. Rural production.

Resumen

Este artículo analiza la permanencia y transformación de la agricultura en la Región Metropolitana de Río de Janeiro (RMRJ), con el objetivo de identificar cómo la producción agrícola se reconfigura en un territorio históricamente marcado por una intensa urbanización. El estudio parte de la constatación de que la metrópoli, a pesar de albergar una de las mayores concentraciones urbanas del país, mantiene áreas de pequeña, mediana y gran producción, que desempeñan funciones estratégicas en el abastecimiento alimentario, la preservación ambiental y la dinámica económica regional. La investigación adopta un enfoque metodológico mixto, combinando análisis cualitativo, basado en entrevistas, observaciones de campo y el estudio de las formas de comercialización, con el soporte de datos cuantitativos del Censo Agropecuario 2017, de informes del CEASA-RJ y de diagnósticos elaborados por la EMATER-Rio. La discusión teórica moviliza autores clásicos y contemporáneos de la geografía, como Lefebvre, Milton Santos, Kayser, Hespanhol, Rua y Marafon, además de referencias sobre agroecología y multifuncionalidad agrícola, destacando la agricultura metropolitana como un espacio de resistencia y de reinención territorial. Tablas y gráficos presentan de forma sintética las tendencias de producción y comercialización, mientras que el análisis espacial del mapa de la RMRJ evidencia la concentración agrícola en áreas periféricas de la Baixada y del Leste Metropolitano, en contraste con la escasez observada en los centros urbanos consolidados. Los resultados indican que la agricultura metropolitana debe ser analizada como un elemento estructural de la organización territorial de las áreas metropolitanas como un elemento estructural para la geografía de las áreas metropolitanas, ya que revela contradicciones entre la expansión urbana y la permanencia de lo rural, además de evidenciar la necesidad de políticas públicas integradas a escala regional. Más que una actividad económica, la agricultura de la RMRJ es multifuncional, articulando el abastecimiento de proximidad, la preservación ambiental y la cohesión social. El trabajo concluye que su valorización es indispensable para repensar el futuro de las metrópolis brasileñas, garantizando la seguridad alimentaria, la sostenibilidad y la calidad de vida urbana.

Palabras-clave: Metrópolis. Dinámica rural-urbana. Diferencias. Ruralidades. Producción rural.

1. Introdução

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) é um território marcado por intensos contrastes e contradições, onde a concentração urbana convive com espaços agrícolas que insistem em permanecer e desempenhar funções centrais para a vida metropolitana. Trata-se

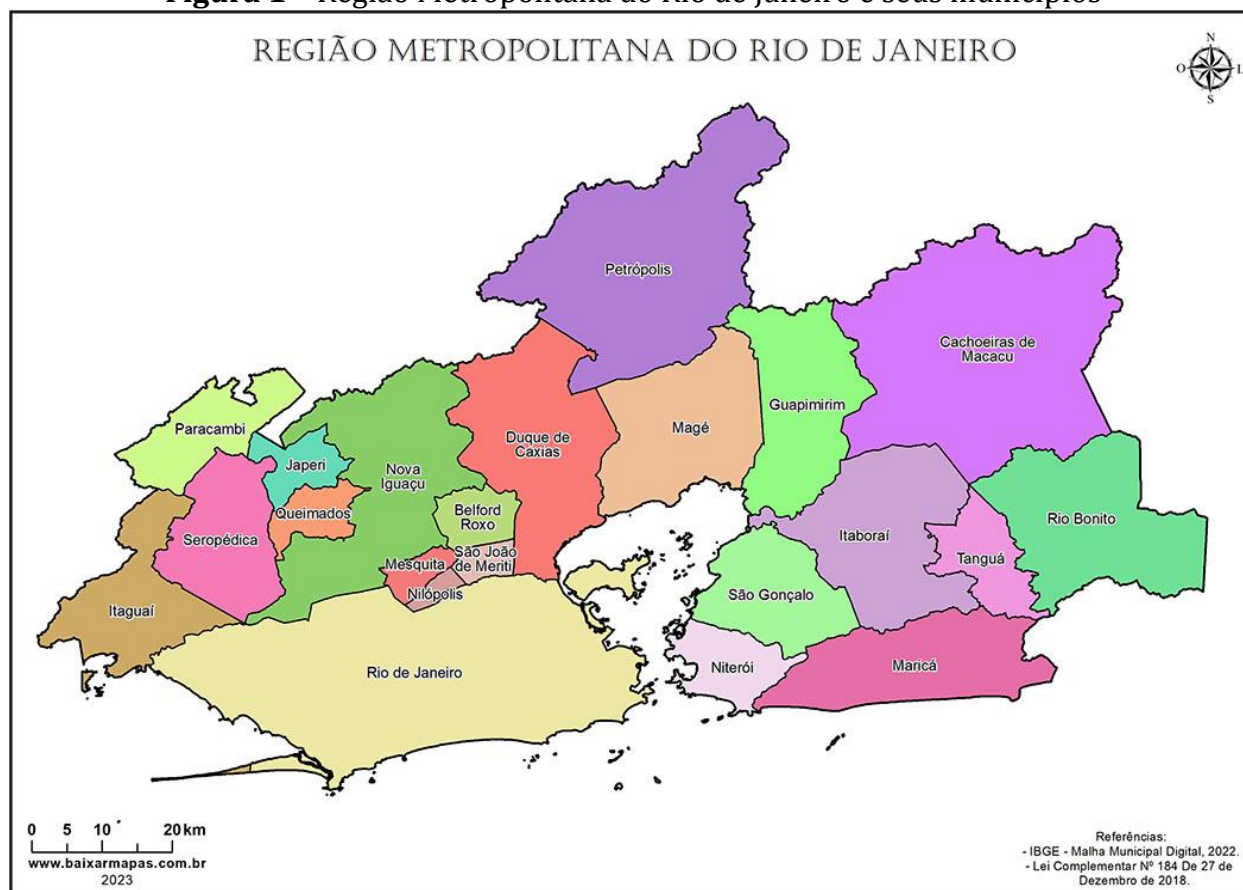
de uma das maiores regiões urbanas do Brasil, reunindo mais de 12 milhões de habitantes distribuídos em 22 municípios, segundo o Censo de 2022, e consolidando-se como polo econômico, político e cultural. No entanto, em meio a essa realidade de metropolização avançada, persistem áreas de produção agrícola que garantem o abastecimento cotidiano da população, preservam funções ambientais essenciais e produzem novas ruralidades. Antes de avançar na discussão, é importante distinguir três categorias frequentemente utilizadas de forma indistinta na literatura: agricultura urbana, agricultura periurbana e agricultura em região metropolitana. A agricultura urbana desenvolve-se predominantemente no interior do tecido urbano consolidado, ocupando terrenos ociosos, quintais, áreas institucionais e espaços públicos. A agricultura periurbana localiza-se nas franjas de expansão urbana, onde coexistem usos rurais e urbanos, sendo fortemente influenciada pelas transformações do mercado imobiliário e pelas legislações municipais de uso do solo. Já a agricultura em região metropolitana constitui uma categoria territorial mais abrangente, pois engloba tanto áreas urbanas e periurbanas quanto extensos espaços rurais inseridos administrativamente nos municípios metropolitanos. Assim, embora parte da agricultura da RMRJ apresente características periurbanas, outra parcela permanece localizada em distritos e localidades que preservam atributos tipicamente rurais. Essa diferenciação permite evidenciar que a agricultura metropolitana não representa uma categoria homogênea, mas um conjunto de territorialidades submetidas a distintos níveis de pressão urbana.

Examinar essa realidade contribui para ampliar o debate da Geografia sobre as áreas metropolitanas. Nesse contexto, torna-se necessário reconhecer a especificidade do espaço fluminense. Diferentemente de outras regiões metropolitanas brasileiras, a RMRJ combina uma longa história de urbanização concentrada na capital com processos de expansão periférica que avançaram sobre antigas áreas rurais, gerando um mosaico complexo de usos do solo. De um lado, há bairros densamente urbanizados e municípios transformados em cidades-dormitório; de outro, encontram-se glebas agrícolas que resistem, especialmente em municípios como Magé, Itaboraí, Guapimirim, Seropédica e partes de Nova Iguaçu. A convivência entre metrópole e agricultura mostra que o rural não desapareceu, mas se transformou, adquirindo novas funções e significados no território. O mapa da Região Metropolitana Fluminense (Figura 1) ilustra a distribuição dos municípios e permite visualizar a heterogeneidade territorial. A Baixada Fluminense, o Leste Metropolitano, a Serra e a capital expressam diferentes dinâmicas, que vão desde a consolidação urbana e industrial até a permanência de áreas de pequena e

média produção agrícola. Essas diferenças territoriais explicam a desigualdade no acesso à terra, as pressões imobiliárias e a fragmentação fundiária. Nos municípios centrais, a agricultura tornou-se residual, restrita a hortas urbanas e pequenas propriedades isoladas; já nas áreas periféricas, ela mantém relevância no abastecimento e na preservação ambiental.

A representação cartográfica da RMRJ não possui função meramente ilustrativa. Ela permite compreender a distribuição espacial dos municípios, evidenciando a coexistência de áreas altamente urbanizadas com territórios que preservam significativa atividade agrícola.

Figura 1 – Região Metropolitana do Rio de Janeiro e seus municípios



Fonte: IBGE (2022).

A agricultura metropolitana cumpre funções multifuncionais: garante alimentos frescos e de proximidade, preserva áreas de recarga hídrica fundamentais para o abastecimento da cidade, contribui para a contenção da expansão urbana desordenada e gera trabalho e renda em comunidades locais. Apesar disso, sua visibilidade política é reduzida, frequentemente tratada como resíduo de um passado rural. Tal percepção ignora que a produção agrícola não apenas resiste, mas também se reinventa diante de novas demandas sociais, ambientais e econômicas.

Do ponto de vista econômico, a agricultura metropolitana fluminense se organiza em três perfis distintos: a pequena produção, predominante em número de estabelecimentos, responsável pelo abastecimento em feiras locais e pela diversificação dos alimentos; a média produção, que articula fluxos com o CEASA-RJ e mercados regionais, garantindo maior regularidade no escoamento; e a grande produção, concentrada em poucas áreas e voltada principalmente para atravessadores e redes atacadistas. Essa diversidade fundiária expressa as diferentes formas de inserção no mercado e as desigualdades no acesso à terra.

A análise espacial mostra que as áreas agrícolas da RMRJ estão concentradas em municípios periféricos, onde a pressão urbana é menor. No entanto, mesmo nesses territórios, a especulação imobiliária e a instalação de empreendimentos industriais e logísticos ameaçam a continuidade da produção. Nas áreas centrais, o conflito pelo uso do solo é ainda mais intenso, resultando na redução drástica das terras agrícolas. Essa disputa reflete a lógica de valorização da terra urbana, que privilegia empreendimentos imobiliários e industriais em detrimento da produção de alimentos.

Do ponto de vista ambiental, a permanência da agricultura é estratégica. Muitas áreas agrícolas da metrópole estão localizadas em zonas de transição entre áreas urbanas e unidades de conservação da Mata Atlântica, atuando como barreiras contra a expansão desordenada e como áreas de recarga hídrica. Além disso, práticas agroecológicas e experiências de transição agroambiental vêm ganhando relevância no debate sobre o espaço rural brasileiro. Diniz, Hespanhol e Laurent (2023) demonstram que a transição agroambiental no Brasil ocorre de forma lenta, desigual e contraditória, combinando avanços em práticas de base ecológica com a permanência de racionalidades produtivistas. Essa leitura é importante para analisar a RMRJ, onde a agroecologia aparece como possibilidade de resistência territorial, mas ainda enfrenta limites institucionais, técnicos e econômicos.

Sob a perspectiva social, a agricultura desempenha papel fundamental na integração comunitária e na reprodução da vida. Feiras locais, mercados municipais e circuitos curtos de comercialização fortalecem laços sociais, aproximam produtores e consumidores e contribuem para a segurança alimentar. Nesse sentido, a agricultura metropolitana não deve ser vista apenas como atividade econômica, mas também como prática cultural e social, capaz de ressignificar a relação entre campo e cidade.

Analisar a agricultura na RMRJ exige, portanto, um olhar atento às contradições do espaço metropolitano. O processo de urbanização não eliminou o rural, mas o transformou,

gerando novas ruralidades que coexistem com a cidade e participam ativamente de sua dinâmica. Analisar essa realidade contribui para ampliar o debate da geografia sobre as áreas metropolitanas, destacando a importância da agricultura para a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida urbana.

Este trabalho parte da hipótese de que a agricultura presente na RMRJ constitui um componente estrutural da organização territorial metropolitana, desempenhando funções que extrapolam a produção de alimentos. Além do abastecimento regional, essa agricultura contribui para a manutenção de serviços ecossistêmicos, para a preservação de áreas ambientalmente sensíveis e para a construção de circuitos territoriais de comercialização. Diante disso, o objetivo da pesquisa consiste em analisar como diferentes formas de produção agrícola permanecem e se reorganizam frente às pressões decorrentes da urbanização metropolitana, identificando seus principais desafios, estratégias territoriais e contribuições para o planejamento regional.

2. Procedimentos metodológicos

A compreensão da agricultura em áreas metropolitanas exige um olhar atento às múltiplas escalas e dimensões que estruturam o espaço geográfico. No caso da RMRJ, marcada por um intenso processo de urbanização, a agricultura sobrevive em meio a pressões fundiárias, disputas territoriais e reconfigurações sociais. Analisar essa realidade requer uma metodologia que vá além da simples mensuração de dados, articulando instrumentos quantitativos e qualitativos capazes de captar tanto a dimensão estrutural quanto os sentidos atribuídos pelos sujeitos sociais envolvidos na produção.

Partindo desse princípio, o presente estudo adota uma abordagem mista, com predominância qualitativa, buscando conciliar informações estatísticas e a experiência empírica de trabalho de campo. Essa opção metodológica deriva da compreensão de que os números, por si sós, não revelam a complexidade da agricultura metropolitana, já que parte significativa das práticas agrícolas ocorre em escalas locais, em circuitos curtos de comercialização ou até em formas informais que não são plenamente captadas pelos levantamentos oficiais.

A dimensão qualitativa da pesquisa foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com produtores agrícolas atuantes em diferentes municípios da RMRJ, contemplando pequenas, médias e grandes unidades produtivas. O trabalho de campo

contemplou 142 entrevistas, sendo 120 com produtores agrícolas, 10 com lideranças locais e 12 com agentes institucionais vinculados à assistência técnica, gestão pública, comercialização e organização territorial da agricultura metropolitana. Entre os 120 produtores entrevistados, foram identificados 50 pequenos produtores, 41 médios produtores e 29 grandes produtores. Essa classificação não corresponde a uma categoria oficial do IBGE, mas a uma tipologia analítica construída pela pesquisa a partir da combinação entre extensão da área cultivada, volume aproximado de produção, força de trabalho utilizada e canais predominantes de comercialização.

Além das entrevistas, foram realizadas observações diretas em áreas produtivas, feiras livres, mercados municipais, pontos de venda de rua e espaços de circulação da produção agrícola. As observações ocorreram em municípios com maior relevância para a agricultura metropolitana, com destaque para Magé, Guapimirim, Itaboraí, Seropédica e Nova Iguaçu. Os registros foram sistematizados por meio de diário de campo, fotografias, anotações sobre fluxos de comercialização, condições das estradas, formas de escoamento, tipos de cultivo e relações entre produtores, atravessadores e consumidores. Esse procedimento permitiu articular os dados estatísticos secundários às experiências concretas dos sujeitos envolvidos na produção agrícola da RMRJ.

As entrevistas foram analisadas qualitativamente a partir de eixos temáticos previamente definidos: acesso à terra, pressão urbana, estratégias produtivas, canais de comercialização, infraestrutura, assistência técnica, políticas públicas e permanência na atividade agrícola. Esse procedimento permitiu identificar regularidades, diferenças e tensões entre os grupos produtivos, evitando tratar a agricultura metropolitana como realidade homogênea.

A dimensão quantitativa entrou como suporte e contraponto analítico, utilizando bases de dados secundários de reconhecida confiabilidade. O Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019) foi a principal fonte estatística, fornecendo informações sobre número de estabelecimentos, áreas ocupadas, produtividade e perfil da produção. O Relatório de Comercialização 2022 do CEASA-RJ (CEASA-RJ, 2023) complementou o quadro, permitindo identificar os fluxos de entrada e saída de produtos agrícolas na central de abastecimento, que é o principal polo distribuidor do estado. Além disso, foram utilizados dados do Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola (ASPA) 2022, elaborado pela EMATER-Rio (EMATER-RIO, 2022), que reúne informações específicas por município e permite identificar potencialidades e gargalos da produção local.

A integração dessas duas dimensões metodológicas permitiu estabelecer uma leitura mais completa da realidade metropolitana. Se, por um lado, os dados oficiais mostram tendências gerais, como a concentração da pequena produção em número de estabelecimentos e a grande produção em termos de área, por outro, as entrevistas revelaram nuances que dificilmente aparecem nas estatísticas, como as estratégias de sobrevivência adotadas pelos produtores, a precariedade no acesso a crédito e assistência técnica, ou ainda a importância simbólica da permanência na terra.

Outro aspecto metodológico relevante foi a utilização de análise espacial e cartográfica para correlacionar dados de urbanização com áreas de produção agrícola. A inserção do mapa da RMRJ possibilitou localizar as principais áreas de concentração agrícola e verificar sua relação com os processos de expansão urbana, especialmente na Baixada Fluminense e no Leste Metropolitano. Essa dimensão espacial é fundamental, pois a geografia trabalha com a articulação entre escalas e com a compreensão do território como instância de disputa.

É importante reconhecer também as limitações da pesquisa. O Censo Agropecuário, ainda que seja a base mais ampla de dados sobre agricultura no Brasil, possui defasagem temporal e pode não captar transformações mais recentes, como o avanço de empreendimentos logísticos sobre áreas rurais ou a expansão de práticas agroecológicas. Do mesmo modo, o trabalho de campo, ainda que permita uma aproximação qualitativa rica, esteve limitado a um recorte específico de produtores e locais, não podendo ser generalizado para toda a região metropolitana. Essas limitações, no entanto, não comprometem a análise, pois reforçam a necessidade de cruzamento entre diferentes fontes e abordagens.

A escolha por uma metodologia mista reflete a própria natureza do objeto de estudo. A agricultura metropolitana é uma prática que articula dimensões materiais e simbólicas, estatísticas e narrativas, infraestrutura e experiência cotidiana. Captar essa complexidade exige transitar entre diferentes instrumentos metodológicos, de modo a construir uma análise que seja, ao mesmo tempo, densa em dados e sensível às vozes dos sujeitos pesquisados.

Nesse sentido, a metodologia aqui proposta não se limita a um procedimento instrumental, mas constitui também uma tomada de posição epistemológica. Reconhece-se que analisar a agricultura em áreas metropolitanas implica olhar para além dos números, inserindo-se na realidade dos agricultores e reconhecendo-os como agentes ativos na construção do espaço. Essa perspectiva aproxima-se da tradição da geografia crítica, que entende o território como produto de relações sociais e como espaço de conflitos e resistências.

Assim, ao articular dados estatísticos, observações qualitativas, entrevistas e análise espacial, este estudo busca oferecer um retrato multifacetado da agricultura na RMRJ, capaz de evidenciar tanto as estruturas que condicionam a produção quanto as práticas sociais que lhe dão sentido. A metodologia, portanto, não é apenas um procedimento técnico, mas um recurso analítico essencial para desvendar as contradições do espaço metropolitano fluminense.

3. Diálogos teóricos

A literatura sobre agricultura metropolitana mostra que a permanência da produção em áreas urbanizadas não deve ser compreendida como um resquício arcaico destinado ao desaparecimento, mas como uma dinâmica contemporânea que se reinventa em meio às transformações socioespaciais. Esse entendimento rompe com visões evolucionistas, que previam o desaparecimento inevitável do rural diante do avanço urbano-industrial, e insere a agricultura metropolitana no centro das reflexões sobre território, segurança alimentar e sustentabilidade.

Henri Lefebvre (2001), ao discutir a produção do espaço, nos lembra que a urbanização tende a colonizar o território em sua totalidade, criando uma sociedade cada vez mais marcada pela lógica urbana. No entanto, a agricultura, mesmo pressionada por esse processo, resiste e se transforma, adquirindo novas funções e significados. Essa tensão é constitutiva do espaço metropolitano, que passa a abrigar usos contraditórios: de um lado, a valorização imobiliária que pressiona pela conversão da terra em solo urbano; de outro, a produção agrícola que busca manter sua viabilidade econômica e social.

Milton Santos (1996) reforça essa perspectiva ao afirmar que o espaço é uma instância social e, portanto, reflete as formas de organização do capital e as desigualdades daí decorrentes. No caso da RMRJ, essas desigualdades se manifestam de modo explícito na disputa entre terra urbana e terra agrícola, na segregação espacial e no acesso desigual às políticas públicas. A agricultura metropolitana, nesse contexto, revela tanto a resistência de grupos sociais quanto os limites da racionalidade capitalista em incorporar todos os usos da terra sob uma lógica única.

A ideia de “renascimento rural”, introduzida por Bertrand Kayser (1990), permite analisar o rural fluminense como espaço em transformação, no qual o rural não desaparece, mas se redefine a partir de novas funções sociais, econômicas e ambientais. Essa noção é ampliada no Brasil por autores como Rua (2005), que discute a ressignificação do rural e as

territorialidades resultantes da interação entre o urbano e o rural, e Hespanhol e Hespanhol (2006), que analisam as mudanças no espaço rural e as novas perspectivas das relações campo-cidade. A agricultura metropolitana fluminense exemplifica esse processo, pois agrega funções múltiplas: abastecimento alimentar, preservação de áreas de recarga hídrica, manutenção de paisagens culturais e até oferta de lazer e turismo rural.

Glaucio Marafon (2006) chama atenção para a heterogeneidade fundiária no estado do Rio de Janeiro, onde coexistem pequena, média e grande produção. Essa diversidade é fundamental para entender o mosaico agrícola da RMRJ, em que a pequena produção predomina em número de estabelecimentos, mas convive com áreas médias e grandes que respondem a lógicas distintas de mercado. Essa pluralidade fundiária é também uma expressão da fragmentação territorial e das diferentes estratégias de sobrevivência adotadas pelos agricultores em contextos de pressão urbana.

A leitura da agricultura metropolitana fluminense exige também o diálogo com Paulo Roberto Alentejano, autor central para a compreensão da questão agrária no estado do Rio de Janeiro. Alentejano (2005) destaca que o espaço fluminense foi historicamente organizado sob forte influência da metropolização, da concentração urbana e da subordinação do campo aos interesses do capital industrial e imobiliário. Essa interpretação é fundamental para analisar a agricultura da RMRJ, pois evidencia que a permanência de áreas agrícolas não ocorre em um espaço neutro, mas em meio a disputas fundiárias, valorização da terra e pressões urbanas.

Em outro momento, Alentejano (2003) afirma que as relações campo-cidade no Brasil do século XXI devem ser analisadas para além da oposição rural/urbano, considerando os efeitos da reforma agrária, das transformações socioespaciais e das desigualdades estruturais sobre o mundo rural. Essa perspectiva permite interpretar a agricultura metropolitana como parte das contradições do desenvolvimento brasileiro, articulando abastecimento alimentar, permanência territorial, conflitos pelo uso da terra e reprodução social dos agricultores. Essa leitura também converge com Alves (2012), que, ao examinar a evolução da temática campo-cidade na Geografia brasileira, identifica a passagem de abordagens dicotômicas para interpretações que consideram a articulação entre espaços rurais e urbanos.

As contribuições de Marafon (2014; 2017) também são centrais para este artigo, pois permitem compreender o rural fluminense como espaço em transformação, atravessado por atividades agrícolas e não agrícolas, pluriatividade, turismo, urbanização e novas formas de uso do território. Para Marafon (2017), o campo fluminense não pode ser reduzido à produção

agropecuária, uma vez que abriga atividades industriais, serviços, lazer, turismo rural e novas formas de residência vinculadas à expansão urbana. Essa leitura contribui para analisar a agricultura da RMRJ como parte de um rural multifuncional, marcado simultaneamente por permanências produtivas e por novas pressões urbanas.

No campo da agroecologia, Miguel Altieri (2008) e Stephen Gliessman (2000) defendem que práticas sustentáveis representam não apenas uma alternativa técnica, mas também uma estratégia política de resistência à homogeneização do sistema agroalimentar global. Em áreas metropolitanas, a adoção de práticas agroecológicas tem ganhado espaço, especialmente entre pequenos produtores, revelando uma resposta às demandas sociais por alimentos saudáveis e às pressões ambientais. Ricardo Abramovay (2010) reforça essa perspectiva ao inserir a agricultura no debate sobre os bens comuns, destacando sua relevância para a manutenção de serviços ecossistêmicos em áreas urbanas densamente povoadas.

Autores ligados à geografia crítica e à sociologia urbana, como David Harvey (2005) e Manuel Castells (1999), oferecem chaves importantes para entender as dinâmicas de mercado e de circulação que atravessam a agricultura metropolitana. O CEASA-RJ, por exemplo, pode ser visto como parte de uma rede global de abastecimento, articulada por fluxos logísticos, financeiros e políticos. A central de abastecimento conecta a produção local às demandas da metrópole e ao mesmo tempo submete os produtores às pressões dos atravessadores e da volatilidade de preços, revelando a contradição entre produção de proximidade e integração a circuitos mais amplos de mercado.

É fundamental destacar também a contribuição de Eve Anne Buhler (2012), que discute a agricultura periurbana como elemento central do desenvolvimento territorial. Para a autora, a agricultura em áreas metropolitanas deve ser compreendida não apenas como fornecedora de alimentos, mas como componente ativo da configuração espacial, capaz de gerar coesão social, preservar recursos naturais e contribuir para políticas urbanas mais inclusivas. Essa visão dialoga com experiências europeias e latino-americanas que reconhecem a agricultura urbana e periurbana como parte integrante da governança metropolitana.

Outros autores ampliam esse debate ao relacionar agricultura metropolitana com segurança alimentar e direito à cidade. Azevedo, Perxacs e Alió (2020) destacam a dimensão social da agricultura urbana e periurbana e assinalam que a venda direta contribui para o fortalecimento dos circuitos curtos de produção, comercialização e consumo. Grisa e Schneider (2015), por sua vez, ressaltam a importância das políticas públicas para a inserção da produção

agrícola em mercados de proximidade. Essas discussões ganham relevância especial em contextos de crise, como a pandemia de Covid-19, quando a valorização da produção local se revelou central para a resiliência das cidades.

Do ponto de vista conceitual, a literatura também discute o papel da agricultura metropolitana como espaço de “hibridismo territorial”. Autores como Halfacree (2007) argumentam que o rural em áreas urbanizadas não é um resíduo, mas um espaço híbrido em que elementos rurais e urbanos se entrelaçam. Essa perspectiva permite compreender a agricultura da RMRJ como prática territorial situada em uma fronteira móvel, onde rural e urbano não se opõem de forma rígida, mas se articulam em múltiplas combinações.

Por fim, a discussão teórica deve considerar o debate internacional sobre sustentabilidade e cidades resilientes. Autores como Folke (2006) e Swyngedouw (2010) ressaltam a importância da resiliência socioecológica e do controle político sobre os recursos naturais. Nesse sentido, a agricultura metropolitana pode ser vista como infraestrutura verde, capaz de mitigar efeitos das mudanças climáticas, contribuir para a segurança hídrica e reforçar a qualidade de vida urbana.

Em síntese, a literatura demonstra que a agricultura metropolitana é um fenômeno complexo, que articula permanências e transformações, resistências e adaptações. A partir de uma pluralidade de autores e perspectivas, fica evidente que essa forma de produção não deve ser marginalizada, mas reconhecida como parte essencial da vida metropolitana contemporânea.

4. Análise e discussão dos dados

A permanência da agricultura na RMRJ depende não apenas da disponibilidade de terras, mas também da existência de redes institucionais, associativas e políticas capazes de sustentar a produção, a comercialização e a reprodução social dos agricultores. Nesse sentido, a governança da agricultura metropolitana envolve órgãos públicos, entidades de assistência técnica, associações de produtores, movimentos sociais e circuitos de comercialização. Essas entidades foram consideradas na análise por sua presença nos circuitos de assistência técnica, certificação, comercialização, mobilização social e articulação institucional da agricultura metropolitana fluminense.

A EMATER-Rio desempenha papel relevante na assistência técnica e na sistematização de dados municipais sobre a produção agrícola (EMATER-RIO, 2022), enquanto entidades como a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), o Movimento dos

Pequenos Agricultores (MPA), o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e experiências como o projeto Raízes do Campo contribuem para aproximar produção, certificação, comercialização e consumo. Essas iniciativas revelam que a agricultura metropolitana não se mantém apenas pela capacidade individual dos produtores, mas por redes coletivas de organização territorial.

Contudo, essa governança ainda se apresenta fragmentada. A descontinuidade de políticas públicas, a fragilidade dos conselhos municipais de desenvolvimento rural, a dificuldade de acesso ao crédito, a pressão imobiliária e a ausência de planejamento metropolitano integrado limitam a consolidação da agricultura como política territorial. Assim, a permanência da agricultura na RMRJ resulta de uma combinação instável entre resistência dos produtores, redes associativas, políticas públicas pontuais e estratégias locais de comercialização.

A agricultura na RMRJ apresenta uma configuração marcada por contrastes, revelando como as diferentes escalas de produção se inserem em um espaço pressionado pela urbanização, mas ainda essencial para o abastecimento alimentar. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 demonstram que a pequena produção responde por 70% dos estabelecimentos, embora concentre apenas 25% da área total (Tabela 1). Essa aparente contradição confirma o papel estratégico da agricultura familiar, cuja relevância não se mede apenas pelo tamanho da terra, mas pela diversificação produtiva e pela proximidade com os mercados consumidores. A média produção reúne 20% dos estabelecimentos e 35% da área (Figura 2), destacando-se como elo fundamental na articulação com os circuitos regionais de comercialização, em especial o CEASA-RJ. Já a grande produção concentra 40% da área em apenas 10% dos estabelecimentos (Figura 3), expressando a desigualdade histórica no acesso à terra e a permanência da lógica de concentração fundiária.

Tabela 1 – Estrutura fundiária da agricultura na RMRJ (2017)

Tipo de produção	Nº de estabelecimentos (%)	Área ocupada (%)	Destino principal
Pequena produção	70 %	25 %	Feiras locais, venda direta
Média produção	20 %	35 %	CEASA-RJ, mercados regionais
Grande produção	10 %	40 %	Redes atacadistas, atravessadores

Fonte: Elaboração própria com base em Censo Agropecuário 2017 – IBGE (2019).

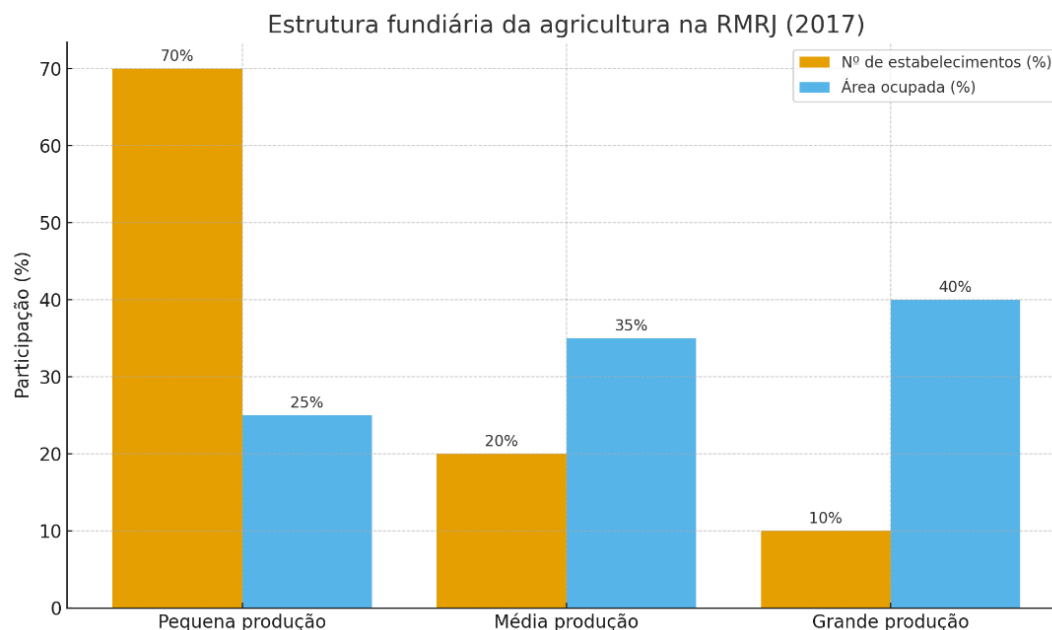
Esses dados indicam que a desigualdade fundiária permanece como uma dimensão estruturante da agricultura metropolitana. Os resultados das entrevistas reforçam essa

interpretação. Em diferentes municípios da RMRJ, os agricultores associaram a crescente valorização fundiária à redução das possibilidades de expansão das unidades produtivas e ao aumento das incertezas quanto à permanência na atividade agrícola. Também foi recorrente a percepção de que a proximidade dos grandes mercados consumidores representa simultaneamente uma vantagem econômica e uma fonte permanente de conflitos, uma vez que amplia a pressão imobiliária e modifica rapidamente os usos do solo. Essas evidências qualitativas demonstram que a permanência da agricultura metropolitana depende menos da disponibilidade física de terras e mais da capacidade dos agricultores de adaptar suas estratégias produtivas às transformações territoriais em curso.

A predominância numérica da pequena produção não significa maior controle territorial, pois a maior parte da área agrícola está concentrada em unidades médias e grandes. Essa contradição aproxima-se da leitura de Alentejano (2005), para quem o espaço agrário fluminense foi historicamente marcado pela subordinação ao capital imobiliário, pela metropolização e pela redução do peso político do rural. No caso da RMRJ, essa desigualdade se expressa na maior vulnerabilidade dos pequenos produtores diante da valorização da terra, da precariedade logística e da dificuldade de acesso a políticas públicas.

As dinâmicas observadas na RMRJ apresentam semelhanças e diferenças em relação a outras metrópoles brasileiras. Em São Paulo, a agricultura concentra-se principalmente nos cinturões verdes e enfrenta intensa pressão da expansão urbana, enquanto em Curitiba observa-se maior integração entre agricultura periurbana e políticas municipais de abastecimento e planejamento territorial. Na RMRJ, por sua vez, a permanência da agricultura está associada à existência de extensas áreas rurais inseridas em municípios metropolitanos, onde a expansão imobiliária, logística e industrial convive com atividades agrícolas voltadas ao abastecimento regional. Essas diferenças evidenciam que a agricultura metropolitana assume configurações distintas conforme a trajetória de urbanização e as formas de organização territorial de cada metrópole.

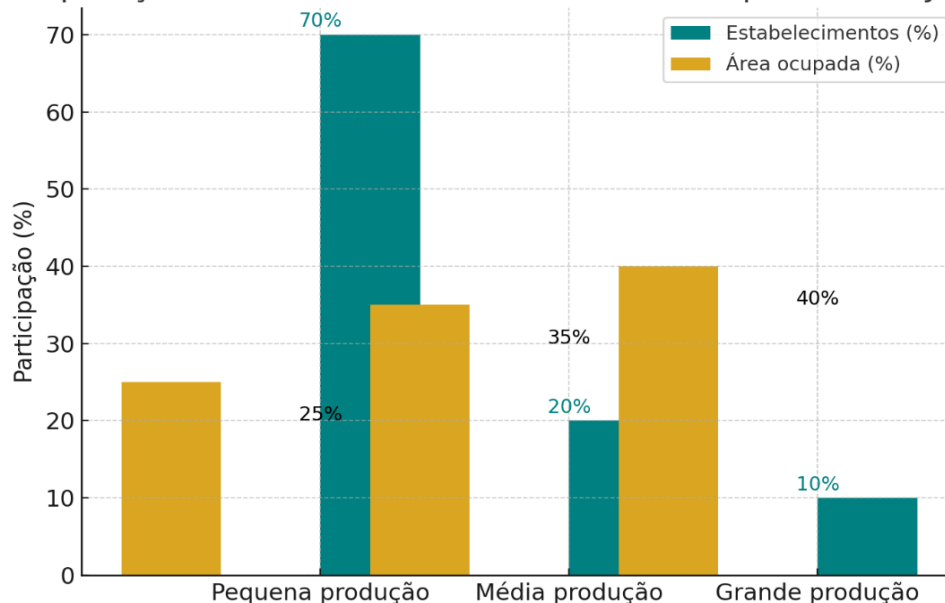
Figura 2 - Estrutura fundiária



Fonte: Elaboração própria com base em Censo Agropecuário 2017 – IBGE (2019).

Figura 3 - Comparação entre estabelecimentos e área

Comparação entre estabelecimentos e área ocupada – RMRJ (2

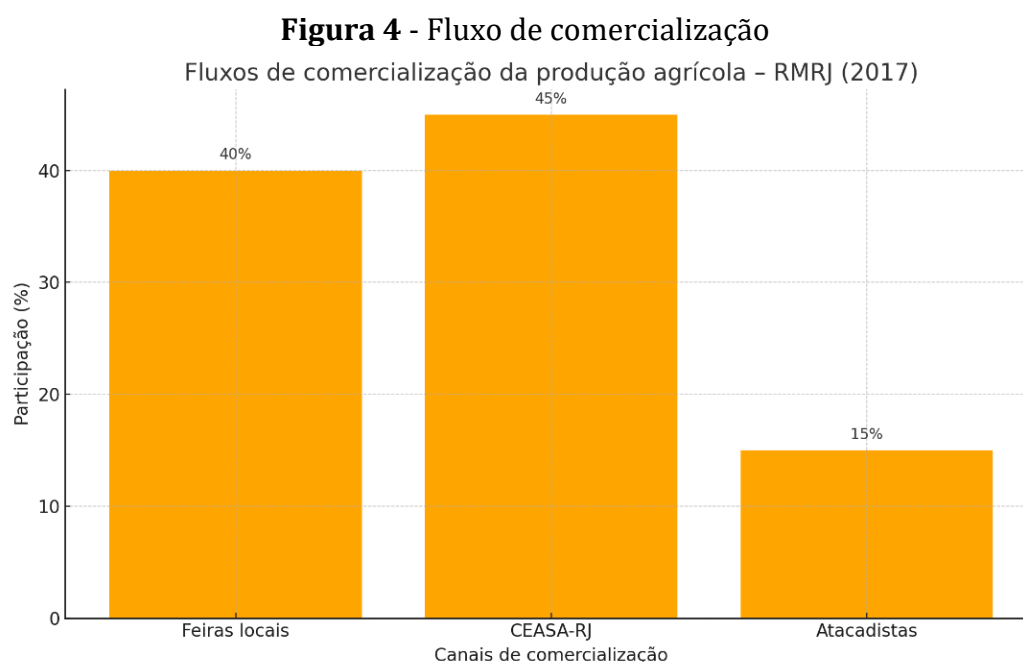


Fonte: Elaboração própria com base em Censo Agropecuário 2017 – IBGE (2019).

A análise conjunta da tabela e dos gráficos permite observar de forma clara a distância entre o número de estabelecimentos e a extensão territorial que ocupam. A agricultura de base familiar é numericamente predominante, mas seu espaço físico é reduzido, enquanto a grande produção, embora minoritária em estabelecimentos, ocupa parcelas significativas do território.

Outro aspecto fundamental da agricultura metropolitana é o destino da produção. Cerca de 40% do total segue para feiras locais (Figura 3), consolidando circuitos curtos de comercialização que fortalecem a reprodução social dos agricultores familiares e asseguram produtos frescos diretamente ao consumidor (Tabela 2). O CEASA-RJ, por sua vez, absorve aproximadamente 45% da produção, configurando-se como nó logístico central e espaço de integração da produção agrícola aos mercados urbanos e regionais. Já os atacadistas concentram em torno de 15% do destino da produção (Figura 4), reforçando a dependência dos grandes produtores em relação a atravessadores e redes intermediárias.

Cabe destacar que os dados apresentados na Figura 4 não derivam exclusivamente do Censo Agropecuário de 2017, uma vez que essa base não discrimina instituições ou entrepostos específicos, como o CEASA-RJ. A figura foi construída a partir do cruzamento entre dados secundários do IBGE, dados do Relatório de Comercialização 2022 do CEASA-RJ (CEASA-RJ, 2023) e informações obtidas no trabalho de campo. Assim, os percentuais apresentados possuem caráter analítico e indicativo, permitindo interpretar tendências gerais dos canais de escoamento da produção agrícola metropolitana.



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2019), CEASA-RJ (2023) e trabalho de campo.

A diversidade produtiva observada na agricultura metropolitana da RMRJ exige um tratamento analítico distinto daquele utilizado pelo Censo Agropecuário do IBGE. Embora a base oficial organize os dados em categorias como lavouras temporárias, lavouras permanentes e horticultura, essa estrutura dificulta a interpretação das especializações produtivas

predominantes nos municípios metropolitanos e limita comparações entre diferentes sistemas agrícolas. Por essa razão, optou-se por reorganizar os produtos em quatro grandes grupos — hortaliças, frutas, tubérculos e culturas de ciclo longo — reunindo espécies com características agrônômicas semelhantes, ciclos produtivos próximos e formas equivalentes de inserção nos mercados consumidores. Essa reorganização não altera os dados originais do Censo, mas constitui um procedimento analítico destinado a facilitar a leitura espacial da produção agrícola e evidenciar tendências predominantes na organização produtiva da metrópole. Assim, os percentuais apresentados referem-se aos grupos elaborados para esta pesquisa, preservando a consistência das informações estatísticas e permitindo uma interpretação mais integrada das dinâmicas agrícolas metropolitanas.

Tabela 2 – Principais grupos de produtos da agricultura metropolitana (2017)

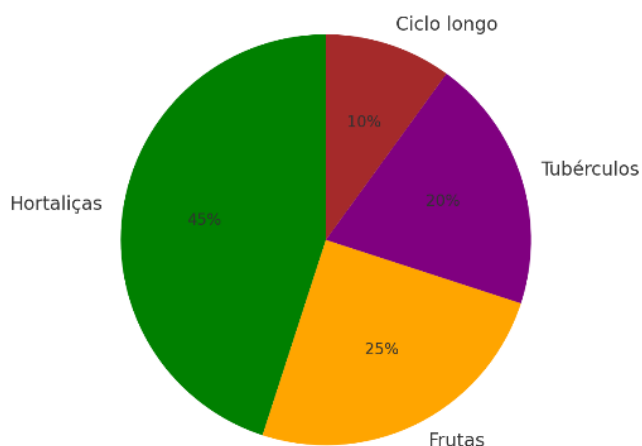
Grupo de produtos	Participação (%)	Exemplos principais
Hortaliças	45 %	Alface, couve, cebolinha, coentro
Frutas	25 %	Banana, laranja, tangerina, goiaba
Tubérculos	20 %	Mandioca, inhame, batata-doce
Ciclo longo	10 %	Cana-de-açúcar, palmito pupunha

Fonte: Elaboração própria com base em Censo Agropecuário 2017 – IBGE (2019).

A predominância das hortaliças confirma a especialização da agricultura metropolitana em culturas de ciclo curto, característica amplamente associada à proximidade dos grandes mercados consumidores. Diferentemente das produções voltadas para exportação ou para cadeias agroindustriais extensas, a horticultura metropolitana depende de elevada frequência de abastecimento e reduzido tempo entre colheita e consumo. Essa condição reforça a importância estratégica dos circuitos curtos de comercialização e evidencia como a localização geográfica continua sendo um fator determinante da organização produtiva, mesmo em contextos altamente urbanizados.

Figura 5 – Diversidade de cultivos na agricultura metropolitana

Diversidade de cultivos na agricultura metropolitana – RMRJ (2017)

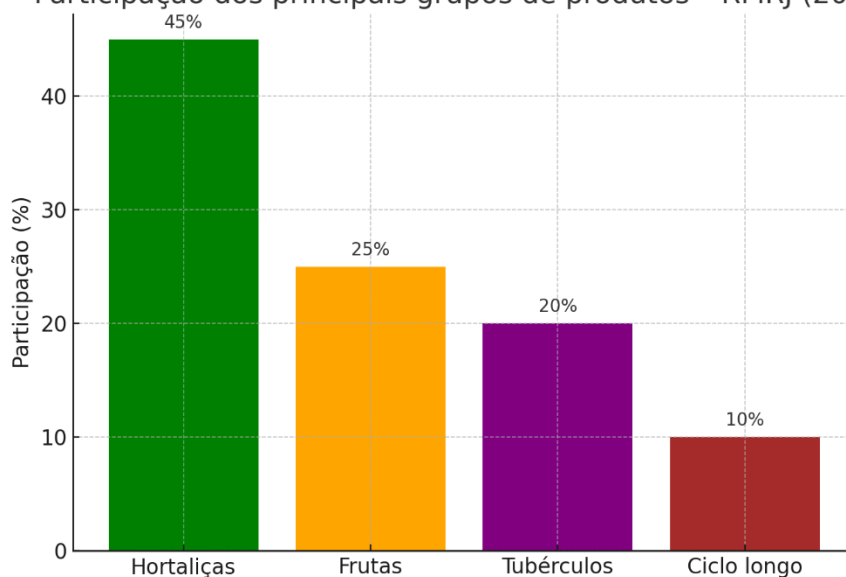


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017. Elaboração própria.

Fonte: Elaboração própria com base em Censo Agropecuário 2017 – IBGE (2019).

Figura 6 - Participação dos principais grupos de produtos

Participação dos principais grupos de produtos – RMRJ (2017)



Fonte: Elaboração própria com base em Censo Agropecuário 2017 – IBGE (2019).

Ao analisar conjuntamente a tabela e os gráficos (Figura 4,5 e 6), percebe-se que a horticultura não apenas domina em termos percentuais, mas também estrutura a lógica produtiva metropolitana. Essa especialização em produtos de ciclo curto é coerente com a demanda urbana por alimentos frescos, mas, ao mesmo tempo, mantém espaço para outras culturas que garantem complementaridade e diversificação.

A espacialização da agricultura dentro da RMRJ revela que municípios periféricos e de transição com áreas de preservação ambiental concentram a maior parte das terras agrícolas. Magé responde por 20% da área, seguido por Guapimirim e Seropédica, ambos com 15%, enquanto Itaboraí representa 12% e Nova Iguaçu 10% (Figura 7). Esse padrão evidencia que a agricultura tem sido empurrada para áreas de borda da metrópole, onde encontra maior disponibilidade de terras e menor competição direta com a expansão imobiliária.

A interpretação da agricultura metropolitana da RMRJ torna-se mais consistente quando situada em perspectiva comparada com outras metrópoles brasileiras. Embora a agricultura periurbana esteja presente em diferentes regiões metropolitanas do país, sua configuração territorial varia de acordo com os processos históricos de urbanização, a estrutura fundiária, a atuação das políticas públicas e a organização dos mercados consumidores.

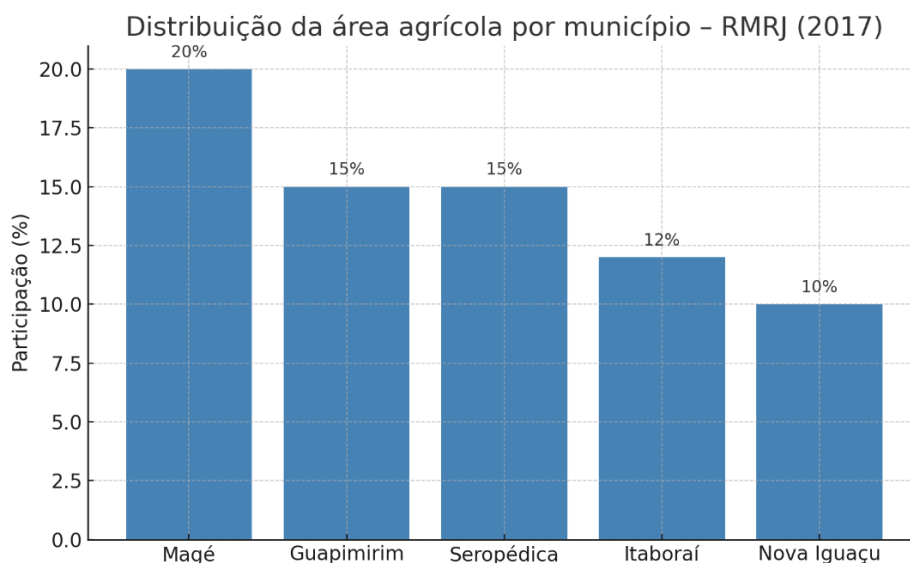
Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, os estudos evidenciam a permanência da produção agrícola principalmente nos cinturões verdes localizados em municípios como Mogi das Cruzes, Ibiúna e Parelheiros, onde a intensa expansão urbana convive com sistemas especializados de horticultura voltados ao abastecimento da capital. Em Curitiba, a agricultura periurbana encontra-se mais fortemente integrada ao planejamento territorial municipal, articulando políticas públicas de abastecimento, produção orgânica e preservação ambiental. Já na Região Metropolitana de Belo Horizonte observa-se maior presença de circuitos curtos de comercialização associados à agricultura familiar e à valorização dos mercados institucionais.

Essas diferenças demonstram que a agricultura metropolitana não constitui um modelo único, mas assume configurações distintas conforme os processos históricos de urbanização, a estrutura fundiária regional, a intensidade da pressão imobiliária e a capacidade institucional de formular políticas públicas voltadas ao planejamento territorial.

A RMRJ apresenta especificidades que a distinguem desses contextos. A permanência da agricultura ocorre em municípios que preservam extensas áreas rurais inseridas administrativamente na metrópole, como Magé, Guapimirim, Seropédica e Itaboraí, onde coexistem pressões imobiliárias, expansão logística, atividades industriais e produção agrícola comercial. Diferentemente de outras metrópoles brasileiras, o rural metropolitano fluminense permanece fortemente condicionado pela valorização fundiária e pela fragmentação das políticas públicas, exigindo estratégias permanentes de adaptação por parte dos agricultores. Essas diferenças demonstram que a agricultura metropolitana constitui uma categoria

territorial complexa, cuja compreensão depende das especificidades históricas e espaciais de cada região metropolitana.

Figura 7- Distribuição da área agrícola por município - RMRJ



Fonte: Elaboração própria com base em Censo Agropecuário 2017 – IBGE (2019).

A leitura conjunta das tabelas e gráficos demonstra que a agricultura metropolitana do Rio de Janeiro é marcada por fortes desigualdades estruturais na distribuição da terra e nos usos do território. A produção em pequena escala, ainda que represente a maior parte dos estabelecimentos, ocupa uma fração reduzida das áreas agrícolas, o que a coloca em posição frágil diante da pressão fundiária e da especulação urbana. Esse quadro revela que a centralidade da pequena escala não está vinculada ao tamanho da propriedade, mas à sua capacidade de diversificação produtiva, de integração com circuitos locais de comercialização e de inserção em territórios de borda da metrópole. Por outro lado, a produção em grande escala, mesmo restrita a poucos estabelecimentos, concentra as maiores extensões de terra, reforçando a lógica de desigualdade e a permanência de uma estrutura fundiária historicamente concentrada. Entre os dois extremos, a produção média aparece como elo intermediário, articulando práticas mais próximas da lógica de mercado e ocupando uma posição estratégica nos fluxos regionais.

Os dados de comercialização reforçam esse padrão de diferenciação. As feiras locais, que absorvem cerca de 40% da produção, constituem o principal espaço de escoamento para a produção em pequena escala, garantindo sua circulação direta nos mercados urbanos. Esse tipo de circuito, de baixa intermediação, permite maior dinamismo econômico para produtores com pouca terra e responde de maneira mais imediata às demandas do consumo metropolitano. Em

contrapartida, a centralidade do CEASA-RJ, que concentra 45% do total produzido, mostra como a agricultura regional está subordinada a um sistema logístico de maior escala, em que os agricultores médios e grandes encontram um espaço privilegiado de inserção. Já os atacadistas, responsáveis por 15% da comercialização, consolidam a dependência da produção em larga escala em relação às redes de atravessadores, que controlam tanto o fluxo de mercadorias quanto as margens de lucro, reforçando a assimetria existente entre produtores e intermediários.

No que se refere ao perfil produtivo e à espacialização, a análise evidencia que a agricultura metropolitana se estrutura em torno de cultivos de ciclo curto, em especial as hortaliças, que representam 45% da produção. Essa predominância revela uma clara adequação à demanda urbana por produtos frescos e de rápida reposição, ainda que haja espaço para frutas (25%), tubérculos (20%) e produtos de ciclo longo (10%), que completam o mosaico produtivo. A territorialização da agricultura mostra que municípios periféricos como Magé, Guapimirim e Seropédica concentram as maiores áreas agrícolas, seguidos por Itaboraí e Nova Iguaçu. Esse deslocamento para áreas de borda confirma que a agricultura, embora pressionada pela expansão imobiliária e pela industrialização, resiste e se reinventa em espaços de transição, assumindo múltiplos papéis: garantir o abastecimento alimentar, preservar fragmentos de áreas verdes e manter dinâmicas socioeconômicas que dialogam com a metrópole. Assim, os dados permitem concluir que a agricultura metropolitana não é residual, mas um setor dinâmico, tensionado e fundamental para compreender as contradições do espaço urbano-regional fluminense.

Esses dados mostram como a agricultura metropolitana se territorializa de maneira desigual, sendo empurrada para áreas periféricas, mas também assumindo novos significados nessas regiões. O que Bertrand Kayser chamou de “renascimento rural” encontra eco na realidade fluminense, onde o rural não desaparece, mas se reinventa em meio às pressões do urbano. Assim, a análise de dados permite perceber que a agricultura da RMRJ é, ao mesmo tempo, estratégica e vulnerável. Estratégica porque garante alimentos frescos, diversidade produtiva, segurança alimentar e preservação ambiental; vulnerável porque sofre com a especulação imobiliária, a concentração fundiária e a ausência de políticas metropolitanas integradas.

5. Considerações finais

A análise da agricultura na RMRJ permite compreender que, longe de ser um resíduo do passado, a produção agrícola constitui um elemento ativo da configuração metropolitana, assumindo funções econômicas, sociais, ambientais e culturais de grande relevância. A trajetória discutida ao longo deste artigo demonstrou que a agricultura metropolitana não pode ser reduzida a uma atividade marginal, mas deve ser pensada como parte integrante da dinâmica territorial da metrópole fluminense.

A partir da introdução, evidenciou-se que a RMRJ é um espaço marcado por intensos contrastes: concentra uma das maiores manchas urbanas do país e, ao mesmo tempo, preserva áreas agrícolas que resistem à pressão imobiliária e desempenham papel central no abastecimento alimentar. Essa heterogeneidade territorial não é um detalhe, mas um elemento estruturante do espaço metropolitano, em que a urbanização convive com práticas rurais que se reinventam constantemente.

A metodologia adotada, combinando análise qualitativa e quantitativa, mostrou-se fundamental para desvendar essas contradições. O recurso às entrevistas, observações de campo e visitas a feiras locais possibilitou captar a experiência vivida pelos agricultores e suas estratégias de resistência, enquanto os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), do CEASA-RJ (2023) e da EMATER-RIO (2022) ofereceram suporte estatístico para compreender a dimensão estrutural da agricultura. Essa articulação metodológica confirmou que, para analisar a agricultura metropolitana, não basta contar hectares ou medir a produção: é preciso ouvir as vozes que constroem diariamente o espaço agrário, compreender os sentidos que os agricultores atribuem à terra e observar como esses significados se articulam com a lógica de mercado e com a pressão urbana.

No plano teórico, a discussão mostrou que diferentes correntes da geografia ajudam a interpretar a permanência e a transformação da agricultura metropolitana. Henri Lefebvre nos lembra que a urbanização tende a colonizar todo o território, mas a realidade empírica demonstra que essa colonização não é linear: em meio à urbanização total, abrem-se espaços de resistência e reinvenção. Milton Santos enfatiza que o espaço é uma instância social e, portanto, resultado das desigualdades geradas pelo capital, algo que se confirma na desigual distribuição de terras e recursos entre pequena, média e grande produção. Bertrand Kayser, ao falar do “renascimento rural”, aponta para a ressignificação do rural em contextos urbanos, fenômeno visível na RMRJ. Já autores como João Rua, Antonio Nivaldo Hespanhol e Glaucio

Marafon mostram que a agricultura fluminense deve ser compreendida a partir da multifuncionalidade, da heterogeneidade fundiária e da articulação entre rural e urbano.

A análise dos dados empíricos reforçou esses argumentos. O predomínio da pequena produção em número de estabelecimentos, apesar de sua baixa participação em área, confirma a importância dos circuitos curtos e da diversificação produtiva. Esse perfil está diretamente associado às feiras locais, que não apenas garantem a circulação de alimentos frescos, mas também constituem espaços de sociabilidade e integração comunitária. A média produção, com sua maior capacidade de articulação ao CEASA-RJ, evidencia como a agricultura metropolitana se insere em redes logísticas mais amplas, subordinadas às lógicas de mercado. A grande produção, por sua vez, concentra a maior parte da terra, mas mostra-se vulnerável às pressões imobiliárias e à especulação fundiária, revelando a fragilidade de um modelo produtivo que depende de extensões territoriais em um contexto marcado pela urbanização acelerada.

Essa leitura ganha ainda mais densidade quando se observa a distribuição espacial da produção. Municípios como Magé, Guapimirim, Seropédica e Itaboraí concentram a maior parte da área agrícola, funcionando como bolsões de resistência em meio à urbanização metropolitana. Esses territórios não apenas abastecem parte significativa da população, mas também preservam funções ambientais estratégicas, como áreas de recarga hídrica e proteção de fragmentos de Mata Atlântica. Nesse sentido, a agricultura cumpre um papel ecológico e social que vai além da lógica econômica, inserindo-se no debate sobre os bens comuns, conforme propõe Ricardo Abramovay.

Os desafios, no entanto, são numerosos e estruturais. Entre os principais, destacam-se a fragmentação fundiária, o encarecimento da terra devido à especulação imobiliária, os altos custos de insumos, a insuficiência de infraestrutura para escoamento da produção, as dificuldades de acesso a crédito e assistência técnica, além da vulnerabilidade frente às mudanças climáticas. Esses problemas não podem ser compreendidos apenas em escala local, pois derivam do modo como a metrópole se organiza territorialmente e da ausência de políticas públicas consistentes para o setor.

Apesar desses obstáculos, emergem também importantes potencialidades. O fortalecimento das feiras locais, o crescimento das práticas agroecológicas, a expansão de programas de compras públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), bem como novas formas de integração campo-cidade demonstram que a agricultura metropolitana não apenas resiste, mas também aponta

para caminhos de inovação social e ambiental. Nesse aspecto, dialoga com os aportes de Miguel Altieri e Stephen Gliessman, que defendem a agroecologia como alternativa viável e sustentável.

Diante desse quadro, torna-se urgente a formulação de políticas metropolitanas integradas, que reconheçam a agricultura como parte estratégica da vida urbana. Isso implica a delimitação de zonas de produção agrícola protegidas, a criação de linhas de crédito específicas para a pequena e média produção, a melhoria da logística e da infraestrutura de transporte, o fortalecimento das feiras livres, a valorização da produção agroecológica e o incentivo a práticas sustentáveis que articulem preservação ambiental e produção de alimentos. Tais políticas só serão eficazes se pensadas em escala metropolitana, considerando a interdependência entre os municípios e a necessidade de gestão integrada do território.

Conclui-se, portanto, que a agricultura da RMRJ deve deixar de ser vista como uma atividade secundária ou transitória e passar a ocupar o centro das políticas territoriais e metropolitanas. Ela representa não apenas um meio de garantir a segurança alimentar e o abastecimento de proximidade, mas também um elemento estruturante para a sustentabilidade ambiental e para a qualidade de vida da população urbana. Reconhecer sua importância significa repensar a metrópole para além da lógica da urbanização total, incorporando o rural como parte constitutiva do urbano.

Os resultados obtidos confirmam a hipótese inicialmente proposta, demonstrando que a agricultura presente na RMRJ não constitui um resquício residual do processo de urbanização, mas um componente estrutural da organização territorial metropolitana. Sua permanência resulta da combinação entre estratégias desenvolvidas pelos agricultores, multifuncionalidade do espaço rural, circuitos de comercialização e capacidade de adaptação às pressões decorrentes da expansão urbana.

Assim, ao articular os dados empíricos, a discussão teórica e as observações de campo, este estudo mostra que a agricultura metropolitana fluminense é multifuncional e estratégica, mas também frágil e vulnerável. Sua continuidade dependerá de escolhas políticas e sociais que valorizem sua presença e assegurem sua permanência. Se por um lado a pressão imobiliária e a fragmentação fundiária colocam em risco sua sobrevivência, por outro, o crescimento da agroecologia, a expansão dos circuitos curtos e as políticas de compras públicas apontam para um futuro em que a agricultura metropolitana possa contribuir de forma decisiva para uma metrópole mais justa, sustentável e integrada.

Os resultados obtidos confirmam a hipótese inicialmente apresentada, demonstrando que a agricultura presente na RMRJ não constitui um resquício do processo de urbanização, mas um componente ativo da organização territorial metropolitana. Ao articular dados estatísticos, trabalho de campo e análise espacial, esta pesquisa contribui para ampliar o debate sobre a agricultura metropolitana na Geografia brasileira, evidenciando sua importância para o abastecimento alimentar, a preservação ambiental e o planejamento territorial. Como desdobramento, novas pesquisas poderão aprofundar a análise comparativa com outras regiões metropolitanas e investigar os impactos das recentes transformações urbanas sobre os diferentes sistemas produtivos agrícolas.

A principal contribuição desta pesquisa consiste em demonstrar que a agricultura metropolitana pode ser interpretada como uma categoria analítica relevante para compreender as relações entre urbanização, abastecimento alimentar e organização territorial nas metrópoles brasileiras. Ao articular análise espacial, trabalho de campo e revisão teórica, o estudo amplia o debate sobre o rural metropolitano, evidenciando que a permanência da agricultura constitui parte integrante da produção contemporânea do espaço e não apenas uma permanência residual do passado rural.

6. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 2010.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. Terra Livre, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p. 25-39, jul./dez. 2003. Acesso em: 29 jan. 2026.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **A evolução do espaço agrário fluminense**. GEOgraphia, Niterói, v. 7, n. 13, p. 49-70, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13501>. Acesso em: 29 jan. 2026.

ALVES, Flamarion Dutra. **A relação campo-cidade na Geografia brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos**. Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 16, n. 3, p. 7-18, set./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7570>. Acesso em: 29 jan. 2026.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; PERXACS, Helena; ALIÓ, Maria Àngels. **Dimensão social da agricultura urbana e periurbana**. Mercator, Fortaleza, v. 19, e19005, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/wtNvrfqJPX8v9GTGt6P6qfS/>. Acesso em: 29 maio 2026.

BUHLER, Eve Anne. **Agricultura periurbana e desenvolvimento territorial**. São Paulo: Annablume, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CEASA-RJ). **Relatório de comercialização 2022**. Rio de Janeiro: CEASA-RJ, 2023. Disponível em: https://www.rj.gov.br/ceasa/sites/default/files/arquivos_paginas/Relat%C3%B3rio%20Anual%202022.pdf. Acesso em: 29 maio 2026.

DINIZ, Raphael Fernando; HESPANHOL, Antonio Nivaldo; LAURENT, François. **O espaço rural brasileiro nas duas primeiras décadas do século XXI: avanços e limites da transição agroambiental**. ParaOnde!?, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-25, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/129882>. Acesso em: 29 abr. 2026.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EMATER-RIO). **Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola (ASPA): 2022**. Niterói: EMATER-RIO, 2022. Planilha eletrônica. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/emater/node/187>. Acesso em: 29 abr. 2026.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecology processes in sustainable agriculture**. Raton: CRC Press, 2000.

FOLKE, Carl. **Resilience: the emergence of a perspective for social-ecological systems analyses**. Global Environmental Change, Amsterdam, v. 16, n. 3, p. 253-267, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2006.04.002>. Acesso em: 29 jan. 2026.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HALFACREE, Keith. **Trial by space for a 'radical rural': introducing alternative localities, representations and lives**. Journal of Rural Studies, Oxford, v. 23, n. 2, p. 125-141, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2006.10.002>. Acesso em: 29 jan. 2026.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. **Dinâmica do espaço rural e novas perspectivas de análise das relações campo-cidade no Brasil**. Terra Livre, v. 2, n. 27, p. 133-148, 2006. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/413>. Acesso em: 29 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=73096&view=detalhes>. Acesso em: 29 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malha Municipal Digital 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 09 fev. 2026.

KAYSER, Bertrand. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

MARAFON, Glaucio. **O rural fluminense em transformação**. In: MARAFON, Glaucio; RUA, João (orgs.). Geografia agrária: teorias e abordagens. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. p. 113-134.

MARAFON, Glaucio José. Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 9, n. 18, p. 1-13, jun. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26897>. Acesso em: 19 fev. 2026.

MARAFON, Glaucio José. **Quais mudanças em curso no campo fluminense?** Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 31, p. 356-370, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/32068>. Acesso em: 29 maio 2026.

RUA, João. **A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica**. Revista da ANPEGE, v. 2, n. 2, p. 45-65, 2005. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6611>. Acesso em: 29 maio 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. S. Paulo: Edusp, 1996.

SWYNGEDOUW, Erik. **Apocalypse forever? Post-political populism and the spectre of climate change**. Theory, Culture & Society, London, v. 27, n. 2-3, p. 213-232, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0263276409358728>. Acesso em: 29 mar. 2026.

